

Demonstrações Financeiras Intermediárias

Rio Verde Energia S.A.

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2011 com
Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

Rio Verde Energia S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2011

Índice

Relatório dos auditores independentes de revisão de informações intermediárias	1
Demonstrações financeiras intermediárias revisadas	
Balanço patrimonial condensado	3
Demonstração condensada do resultado.....	4
Demonstração condensada das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstrações condensada dos fluxos de caixa	6
Demonstrações condensada do valor adicionado.....	7
Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias	8

Relatório dos auditores independentes de revisão de informações intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da
Rio Verde Energia S.A.

Revisamos o balanço patrimonial condensado da Rio Verde Energia S.A. ("Companhia"), em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações condensadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Verde Energia S.A., em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária condensada do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, a qual está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 19 de julho de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luciano Neris
Contador CRC-1PA007729/O-8-S-DF

Rio Verde Energia S.A.

Balanço patrimonial condensado
(Revisadas pelo auditor independente na extensão
descrita no relatório de 19 de julho de 2011)
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	30/06/2011	31/12/2010
Ativos			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	75	59
Contas a receber	5	9.545	9.590
Aplicações financeiras vinculadas	6	12.999	13.203
Impostos a recuperar	7	8.403	64
Despesas antecipadas		599	603
Outros créditos		85	48
		31.706	23.567
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	8.431	8.207
Impostos a recuperar	7	20.003	-
Imobilizado	9	604.363	647.536
Intangível	10	11.408	11.651
		644.205	667.394
Total do ativo		675.911	690.961
Passivo			
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	34.319	29.373
Fornecedores		1.956	1.825
Salários e encargos sociais		251	151
Obrigações fiscais		4.199	5.041
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	2.820	1.952
Dividendos a pagar		278	278
Outras obrigações	12	9.493	6.577
Arrendamento mercantil		67	-
		53.383	45.197
Passivo não circulante			
Empréstimo e financiamentos	11	302.984	326.312
Arrendamento mercantil		122	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	45.722	48.013
Outras obrigações	12	12.321	11.978
		361.149	386.303
Patrimônio líquido			
Capital social	13	130.000	130.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		35.428	35.426
Ajuste de avaliação patrimonial		91.452	93.202
Reserva de lucros		4.499	833
Total do patrimônio líquido		261.379	259.461
Total do passivo e patrimônio líquido		675.911	690.961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Demonstração condensada do resultado

(Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 19 de julho de 2011)

Período de 6 meses findo em 30 de junho de 2011 e 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto informação por ação expresso em reais)

	Notas	30/06/2011	30/06/2010 (Reapresentado)
Receita operacional líquida		43.482	11.715
Custos operacionais			
Salários e encargos sociais		(157)	(36)
Administradores	15	(249)	(209)
Operação e manutenção		(4.095)	(753)
Compra de energia elétrica		-	(3.280)
Depreciação e amortização		(11.380)	(1.911)
Encargos do setor elétrico		(6.186)	(2.224)
Total dos custos operacionais		(22.067)	(8.413)
Lucro operacional bruto		21.415	3.302
Despesas operacionais, líquidas			
Salários e encargos sociais		(610)	(696)
Administradores	15	(250)	(258)
Administrativas		(848)	(678)
Depreciação e amortização		(60)	(50)
Outras receitas e despesas		(257)	(1.058)
Total das despesas operacionais, líquidas		(2.025)	(2.740)
Lucro operacional, antes do resultado financeiro		19.390	562
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		779	40
Despesas financeiras		(17.243)	(2.725)
Total do resultado financeiro	16	(16.464)	(2.685)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		2.926	(2.123)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.524)	(403)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.514	901
Total do Imposto de renda e da contribuição social	8	(1.010)	498
Lucro líquido do período		1.916	(1.625)
Lucro por ação básico e diluído – R\$	14	0,0271	(0,0230)

Não houve outros resultados abrangentes nos períodos divulgados, portanto não se apresenta uma demonstração de outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Demonstrações condensada das mutações do patrimônio líquido
 (Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 19 de julho de 2011)
 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
 (Em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital</u>		<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>	
	<u>Nota</u>	<u>Subscrito</u>					<u>AFAC</u>
Em 31 de dezembro de 2009		130.000	17.926	94.508	-	(5.918)	236.516
Transações de capital com os sócios							
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC		-	12.931	-	-	-	12.931
Resultado abrangente							
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído)		-	-	(186)	-	186	-
Prejuízo do período		-	-	-	-	(1.625)	(1.625)
Em 30 de junho de 2010 (reapresentado)		<u>130.000</u>	<u>30.857</u>	<u>94.322</u>	<u>-</u>	<u>(7.357)</u>	<u>247.822</u>
Em 31 de dezembro de 2010		130.000	35.426	93.202	833	-	259.461
Transações de capital com os sócios							
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC		-	2	-	-	-	2
Resultado abrangente							
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído)		-	-	(1.750)	-	1.750	-
Lucro do período		-	-	-	-	1.916	1.916
Mutações internas do patrimônio líquido							
Destinação para reserva de lucros		-	-	-	3.666	(3.666)	-
Em 30 de junho de 2011	13	<u>130.000</u>	<u>35.428</u>	<u>91.452</u>	<u>4.499</u>	<u>-</u>	<u>261.379</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Demonstração condensada dos fluxos de caixa
(Revisadas pelo auditor independente na extensão
descrita no relatório de 19 de julho de 2011)

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2011 e 2010
(Em milhares de reais - R\$)

	30/06/2011	30/06/2010
		(Reapresentado)
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do período	1.916	(1.625)
Ajustes por itens que não afetam o caixa		
Depreciação	11.439	1.961
Amortização	604	152
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.515)	(902)
Baixa de bens do imobilizado	55	-
Varição nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	45	(5.434)
Impostos a recuperar	(28.342)	35
Reclassificação de créditos tributários do ativo imobilizado	32.005	-
Outras variações no ativo	171	(2.307)
Fornecedores	131	(7.381)
Obrigações sociais	100	234
Obrigações fiscais	(842)	2.584
Imposto de renda e contribuição social correntes	868	-
Arrendamento mercantil	189	-
Outras obrigações	3.259	13.790
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	19.083	1.107
Atividades de investimentos		
Aquisição de bens do imobilizado	(326)	(32.889)
Adições ao ativo intangível	(361)	(12.235)
Fluxo de caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(687)	(45.124)
Atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	2	12.931
Captações de empréstimos e financiamentos	-	25.796
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13.410	13.317
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(18.408)	(8.220)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(13.384)	(313)
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(18.380)	43.511
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	16	(506)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	59	578
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	75	72

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Demonstrações condensada do valor adicionado
(Revisadas pelo auditor independente na extensão
descrita no relatório de 19 de julho de 2011)
Períodos findos em 30 de junho de 2011 e 2010
(Em milhares de reais - R\$)

Descrição	30/06/2011	30/06/2010 (Reapresentado)
Receitas	48.274	45.108
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	32.889
Receitas relativas à venda de energia	48.274	12.219
Insumos adquiridos de terceiros	(14.868)	(29.015)
Custos aplicados nos ativos próprios	(10.677)	(24.530)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.191)	(4.485)
Valor adicionado bruto	33.406	16.093
Depreciação	(11.439)	(1.961)
Amortização	(604)	(152)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	21.363	13.980
Valor adicionado recebido em transferência	779	110
Receitas financeiras	779	110
Valor adicionado total a distribuir	22.142	14.090
Distribuição do valor adicionado	22.142	14.090
Pessoal	1.045	1.136
Remuneração direta	662	619
Benefícios	343	485
F.G.T.S.	40	32
Impostos, taxas e contribuições	5.717	1.262
Federais	5.693	845
Estaduais	21	417
Municipais	3	-
Remuneração de capitais de terceiros	13.464	13.317
Juros relativos à capitais de terceiros	13.410	13.317
Aluguéis	54	-
Lucros retidos do exercício	1.916	(1.625)
Lucro do período	1.916	(1.625)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias
(Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no
relatório de 19 de julho de 2011)
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Rio Verde Energia S.A. (“Rio Verde” ou “Companhia”), foi constituída em 22 de julho de 2002, sob a forma de uma sociedade anônima de capital fechado na condição de produtora independente de energia elétrica e tem como objeto social a implantação, a produção, a comercialização de energia elétrica e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto (“UHE Salto” ou “Usina”), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás, objeto do Leilão nº 001/02 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que originou o Contrato de Concessão nº 090/2002 – ANEEL, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão.

A Companhia iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010 com capacidade total instalada de 116 MW conforme aprovação da ANEEL publicado no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 2009 e energia assegurada de 558.888 MWh/ano.

Como pagamento pelo Uso de Bem Público (“UBP”) para aproveitamento do potencial energético objeto do contrato de concessão, a Companhia recolherá à União, a partir da entrada em operação até o 35º ano ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento do potencial energético da UHE Salto, parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$450 corrigidos anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (“IGP-M - FGV”), a partir de junho de 2002.

A concessão será considerada extinta nos seguintes eventos: termo final do contrato de concessão, encampação, caducidade, rescisão, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga e falência ou extinção da Companhia. Ao termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, paga à Companhia, dos investimentos realizados e ainda não amortizados.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias--
Continuação

(Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no
relatório de 19 de julho de 2011)

30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Em junho de 2007, a Companhia firmou com a Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. ("Votener") o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica ("*Power Purchase Agreement*" ou "*PPA*") do total da energia assegurada da UHE Salto, correspondentes aos 558.888 MWh/ano, no período de 16 anos, contados a partir da operação comercial, ao preço inicial de R\$126,00 e final de R\$132,00 por MWh, reajustados com base na variação do IGP-M.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A emissão das presentes demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 18 de julho de 2011.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão apresentadas com base nas políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, que devem ser lidas em conjunto com estas demonstrações financeiras.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC que estavam em vigor em 30 de junho de 2011. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como, pelo ativo imobilizado que foi avaliado pelo seu valor atribuído.

Durante os exercícios de 2009 e de 2010, o CPC emitiu diversos pronunciamentos, interpretações e orientações para convergir as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Esses pronunciamentos, interpretações e orientações têm aplicação mandatória a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações do resultado, do fluxo de caixa e do valor adicionado referente ao período findo de 30 de junho de 2010, originalmente preparada de acordo com as práticas contábeis brasileiras vigentes naquela data, estão sendo reapresentadas nestas demonstrações financeiras, contemplando os ajustes necessários para estarem em acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias--
Continuação

(Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no
relatório de 19 de julho de 2011)

30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Os efeitos da transição das práticas contábeis brasileiras anteriormente adotadas no Brasil para as normas internacionais de contabilidade estão demonstradas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações financeiras, tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida e seguros não foram revisados pelo auditor independente.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias--
Continuação

(Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no
relatório de 19 de julho de 2011)

30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Adoção inicial dos CPCs

Demonstração dos impactos da transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC

Esta nota explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para re-apresentar a demonstração do resultado de acordo com as normas do CPC em 30 de junho de 2010.

Conciliação do patrimônio líquido e resultado

	Patrimônio líquido	Resultado
Saldo em 30 de junho de 2010 segundo BR GAAP anterior	160.982	125
Baixa dos custos administrativos e indiretos do grupo de contas do ativo imobilizado segundo o CPC 27 – Ativo Imobilizado, líquido de impostos diferidos - vide explicação item i) abaixo descrito.	(4.612)	(1.750)
Ativo Imobilizado - Custo Atribuído - CPC 27, CPC 37 e ICPC10, líquido de impostos diferidos – vide explicação item ii) abaixo descrito.	91.452	-
Efeito líquido decorrente da aplicação de novos critérios contábeis em 30 de junho de 2010	86.840	(1.750)
Saldo em 30 de junho de 2010 reapresentado	<u>247.822</u>	<u>(1.625)</u>

- i) A Companhia, de acordo com as normas anteriores, capitalizou os custos administrativos e custos indiretos no grupo de contas de ativo imobilizado referentes a construção e implementação da UHE Salto. Com advento do CPC 25 – Ativo Imobilizado, esses custos não atendem aos requisitos para reconhecimentos como ativo imobilizado e foram baixados contra as contas de despesas no resultado.
- ii) A Companhia optou na data de transição em 1º de janeiro de 2009 por efetuar uma avaliação para determinar o valor justo dos seus ativos. Este valor foi considerado a partir de então como o custo atribuído (*deemed cost*) do ativo imobilizado, conforme CPC 27 e ICPC 10. A mais valia do ativo imobilizado, no montante de R\$143.194, foi registrada em 1º de janeiro de 2009 em contrapartida a “ajustes de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido. O custo atribuído registrado no patrimônio líquido é realizado proporcionalmente à depreciação da mais valia do ativo imobilizado, sendo a contrapartida dessa realização registrada na conta de lucros acumulados e, portanto, integrando o valor base para apuração dos dividendos da Companhia.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias--
Continuação

(Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no
relatório de 19 de julho de 2011)

30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Adoção inicial dos CPCs--Continuação

Demonstração dos impactos da transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC--Continuação

O efeito tributário de 34% sobre a mais valia gerou saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passivo, o qual foi registrado a débito em ajustes de avaliação patrimonial e a crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos, no passivo não circulante.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2011	31/12/2010
Disponibilidades	<u>75</u>	<u>59</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

5. Contas a receber

	30/06/2011	31/12/2010
Votorantim Comercializadora de Energia - Votener (i)	8.203	7.744
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (ii)	948	1.846
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – MRE (iii)	394	-
	<u>9.545</u>	<u>9.590</u>

- (i) Venda de energia elétrica realizada no mês de junho de 2011 à Votener conforme Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado em junho de 2007 pelo preço de R\$184,99 MW/h.
- (ii) Valor a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE devido ao reembolso de energia elétrica adquirida no mês de agosto de 2010 em consequência da paralisação da operação por orientação da Operadora Nacional do Sistema – ONS por motivo de intervenção em linhas de transmissão da rede básica. A aquisição de energia foi realizada para compor o lastro de energia vendida à Votener de acordo com o Contrato de Compra e Venda de energia Elétrica.
- (iii) Refere-se ao Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), a qual a energia excedente gerada pela UHE – Salto é transmitida para o sistema nacional de energia elétrica. O valor a receber foi calculado utilizando o valor do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD médio de R\$8,99 MW/h de junho de 2011.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias--
Continuação

(Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no
relatório de 19 de julho de 2011)

30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber--Continuação

As contas a receber apresentadas acima não encontram-se vencidas e a Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosas por não estarem presentes evidências de riscos de perdas monetárias.

6. Aplicações financeiras vinculadas

Conforme descrito na Nota 11, parte do faturamento da Companhia é retido para pagamento do principal e juros do financiamento do BNDES. A parcela retida é aplicada em fundos de renda fixa pós fixados sendo o saldo em 30 de junho de 2011 de R\$12.999 (R\$13.203 em 31 de dezembro de 2010).

7. Impostos a recuperar

	30/06/2011	31/12/2010
PIS e COFINS a recuperar	28.283	-
Outros	123	64
	28.406	64
Ativo circulante	8.403	64
Ativo não circulante	20.003	-

Em janeiro de 2011, a Companhia contratou consultoria especializada para identificação e validação dos créditos tributários do PIS e COFINS que incidiram nas aquisições de bens e serviços de fornecedores nacionais incorporados na rubrica "Ativo Imobilizado".

Os trabalhos foram conduzidos de acordo os Incisos VI e VII do art. 3º das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, as quais regulamentam a sistemática do PIS/COFINS não-acumulativo.

Em 31 de janeiro de 2011, a Administração da Companhia com base nos trabalhos realizados pela consultoria reclassificou o montante de R\$32.005 da rubrica "Ativo Imobilizado" referente aos créditos tributários, sendo R\$5.709 do PIS e R\$26.296 da COFINS. Os mesmos foram registrados na rubrica "Impostos a recuperar" e são monetizados proporcionalmente em 1/48 conforme legislação tributária vigente.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias--
Continuação

(Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no
relatório de 19 de julho de 2011)

30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias que incidiram sobre os ajustes da adoção dos CPCs conforme descrito na Nota 3.

O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferidos, detalhado a seguir, é revisado trimestralmente pela Companhia.

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Imposto de renda diferido ativo sobre:		
Diferenças temporárias:		
Imobilizado - Descapitalização de despesas – CPC 27	2.796	2.796
Intangível - Uso do bem público (“UBP”) – OCPC 05	3.600	3.238
	<u>6.396</u>	6.034
Contribuição social diferida ativa sobre:		
Diferenças temporárias:		
Imobilizado - Descapitalização de despesas – CPC 27	1.007	1.007
Intangível - Uso do bem público (“UBP”) – OCPC 05	1.028	1.166
	<u>2.035</u>	2.173
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>8.431</u>	8.207
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Imposto de renda diferido passivo sobre:		
Diferenças temporárias:		
Custo atribuído ao ativo imobilizado – ICPC 10	33.621	35.304
	<u>33.621</u>	35.304
Contribuição social diferida passiva sobre:		
Diferenças temporárias:		
Custo atribuído ao ativo imobilizado – ICPC 10	12.101	12.709
	<u>12.101</u>	12.709
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>45.722</u>	48.013

As análises da Administração da Companhia indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no período findo em 30 de junho de 2011.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias--
Continuação

(Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no
relatório de 19 de julho de 2011)

30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A Companhia alterou sua sistemática de cálculo pelo Lucro Presumido para o Lucro Real no exercício de 2011. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>30/06/2011</u>
Lucro antes da tributação	2.926
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	995
Ajustes para demonstração da taxa efetiva	
Reconhecimento do imposto diferido	(2.514)
Depreciação do custo atribuído	2.289
Outras (adições) e exclusões	240
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	<u>1.010</u>
Alíquota efetiva	<u>35%</u>

Os ativos e passivos relacionados ao imposto de renda e contribuição social correntes em 30 de junho de 2011 são:

	<u>30/06/2011</u>
Créditos por antecipações de:	
Imposto de renda	967
Contribuição social	593
	<u>1.560</u>
Valores a recolher de:	
Imposto de renda	(3.115)
Contribuição social	(1.265)
	<u>(4.380)</u>
Valor líquido	<u>(2.820)</u>

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

(Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 19 de julho de 2011)

30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

	Em serviço administrativo		Em operação – UHE				Total	
	Edificações	Outros imobilizados	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias		Outros imobilizados
Custo								
Em 31 de dezembro de 2010	260	595	341.543	222.245	51.132	40.085	1.045	656.905
Adições	-	306	-	-	-	-	20	326
Baixas	-	(110)	-	-	-	-	-	(110)
Reclassificação dos créditos tributários – PIS e Cofins	-	-	(19.754)	(11.444)	-	(807)	-	(32.005)
Em 30 de junho de 2011	260	791	321.789	210.801	51.132	39.278	1.065	625.116
Depreciação								
Em 31 de dezembro de 2010	(26)	(249)	(4.918)	(3.823)	-	(353)	-	(9.369)
Despesa de depreciação	(5)	(54)	(5.826)	(3.849)	(959)	(746)	-	(11.439)
Baixas	-	55	-	-	-	-	-	55
Em 30 de junho de 2011	(31)	(248)	(10.744)	(7.672)	(959)	(1.099)	-	(20.753)
Valor residual líquido:								
Em 30 de junho de 2011	229	543	311.045	203.129	50.173	38.179	1.065	604.363
Em 31 de dezembro de 2010	234	346	336.625	218.422	51.132	339.732	1.045	647.536

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
(Revisadas pelo auditor independente na extensão
descrita no relatório de 19 de julho de 2011)
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

Aplicação do custo atribuído (“deemed cost”)

A Administração da Companhia, considerando as opções do CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 40, decidiu, atribuir um novo valor (“deemed cost”) para os itens do ativo imobilizado. A Administração da Companhia contratou consultoria especializada para elaborar a avaliação do valor justo do seu ativo imobilizado com base em fluxo de caixa descontado, sendo o valor apurado no laudo de avaliação atribuído como o novo custo do imobilizado na data de transição para a adoção inicial dos CPCs.

O ajuste ao custo atribuído foi alocado proporcionalmente aos ativos da Usina em 31 de dezembro de 2008.

Dos bens vinculados à concessão

Os bens e as instalações utilizados na geração não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Em 30 de junho de 2011, os bens vinculados à concessão somam o montante de R\$603.591 (R\$646.956 em 31 de dezembro de 2010) e o prazo da concessão conforme descrito na Nota 1 é de 35 anos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, que foi em 22 de julho de 2002.

Reclassificação dos créditos tributários - PIS e Cofins

Durante o primeiro trimestre de 2011, a Companhia reclassificou os créditos de PIS e COFINS registrado na rubrica “Ativo Imobilizado”, conforme descrito na Nota 7, e passou a registrar o imobilizado líquido de créditos de PIS e COFINS, com contrapartida registrada na rubrica de impostos a recuperar quando aplicável.

Depreciação dos ativos que integra o Projeto Original da Usina

A Administração da Companhia com base a interpretação a Lei 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não haverá indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo de concessão, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Desta forma, a partir de 1º de janeiro de 2011 passou a depreciar de acordo as Taxas da ANEEL, limitando o prazo de concessão, em que pese a legislação e o contrato prever a possibilidade da renovação da concessão.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
(Revisadas pelo auditor independente na extensão
descrita no relatório de 19 de julho de 2011)
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

A movimentação do intangível é como segue:

	Uso do bem público	Softwares	Total
Custo			
Em 31 de dezembro de 2010	12.235	25	12.260
Adições	361	-	361
Em 30 de junho de 2011	12.596	25	12.621
Amortização			
Em 31 de dezembro de 2010	(609)	-	(609)
Despesa de amortização no período	(602)	(2)	(604)
Em 30 de junho de 2011	(1.211)	(2)	(1.213)
Valor residual líquido:			
Em 30 de junho de 2011	11.385	23	11.408
Em 31 de dezembro de 2010	11.626	25	11.651

A Administração da Companhia, considerando a aplicação do OCPC 05, reconheceu a obrigação do pagamento pelo Uso do Bem Público, vide Nota 12, cuja contrapartida representa um ativo intangível pelo direito de exploração do potencial energético da UHE Salto, o qual será amortizado linearmente durante o prazo de concessão.

11. Empréstimos e financiamentos

	30/06/2011	31/12/2010
BNDES (a)	337.303	348.435
Banco Santander (b)	-	7.250
Total de empréstimos sujeitos a juros	337.303	355.685
Passivo circulante	34.319	29.373
Passivo não circulante	302.984	326.312

(a) BNDES

Em 10 de setembro de 2008, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que prevê a liberação de R\$289.700 destinados a implantação da UHE Salto, bem como o sistema de Transmissão associado a usina, dividido assim em dois sub-créditos nos respectivos valores de R\$277.937 e de R\$11.763.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
(Revisadas pelo auditor independente na extensão
descrita no relatório de 19 de julho de 2011)
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(a) BNDES--Continuação

As condições estabelecidas para a amortização da dívida é de 192 meses, vencendo a primeira parcela em 15 de outubro de 2010, atualizada pela taxa de juros a longo prazo – TJLP acrescida de remuneração básica e “*spread*” de risco definidos em 1,81% ao ano, equivalente a 0,1496% ao mês.

Em 27 de outubro de 2009, foi aprovado pelo BNDES o crédito suplementar ao financiamento, no valor de R\$23.184. As condições estabelecidas para a amortização da dívida é de 192 meses, vencendo a primeira parcela em 15 de outubro de 2010, atualizada pela taxa de juros a longo prazo – TJLP acrescida de remuneração básica e “*spread*” de risco definidos em 2,16% ao ano, equivalente a 0,1782% ao mês.

As liberações do BNDES estão demonstradas conforme segue:

Liberações	Data	Principal	Juros	Total
Primeira	21/10/2008	110.000	11.667	121.667
Segunda	16/12/2008	74.000	6.951	80.951
Terceira	24/03/2009	40.000	2.748	42.748
Quarta	22/05/2009	23.900	1.282	25.182
Quinta	24/07/2009	20.000	869	20.869
Sexta	26/08/2009	8.000	291	8.291
Sétima	16/11/2009	14.050	261	14.311
Primeira (crédito suplementar)	21/01/2010	11.600	80	11.680
Segunda (crédito suplementar)	27/04/2010	8.000	17	8.017
Terceira (crédito suplementar)	28/09/2010	3.584	3	3.587
		313.134	24.169	337.303

Durante o primeiro semestre de 2011, a Companhia pagou R\$11.158 de principal e R\$12.975 de juros conforme cronograma de pagamentos definidos em contrato.

As garantias consistem no (i) penhor dos Direitos Emergentes da Concessão; (ii) penhor dos direitos Creditórios sobre o PPA firmado com a Votener, descrito na Nota 1 e (iii) penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia, tendo seus acionistas como intervenientes no contrato. Adicionalmente, em atendimento ao disposto na cláusula 11^a, item XXXII, do contrato firmado com o BNDES, a Companhia encontra-se em conformidade com exigências estabelecidas no mesmo.

Em 1º de dezembro de 2008, a Companhia firmou com o BNDES um contrato de Administração de Contas e outras Avenças para constituir a conta reserva da dívida e de operação e manutenção, a partir da receita proveniente dos contratos de comercialização, formada pela retenção de 35% do recebimento das faturas, sendo esta reserva registrada na rubrica “aplicações financeiras vinculadas”, conforme Nota 7.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
(Revisadas pelo auditor independente na extensão
descrita no relatório de 19 de julho de 2011)
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(a) BNDES--Continuação

O cronograma de amortização do financiamento em 30 de junho de 2011 está assim distribuído:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2011	11.059
2012	22.118
2013	22.118
2014	22.118
2015	22.118
A partir 2016	237.771
	337.303

(b) Banco Santander

Em 4 de novembro de 2010, a Companhia contratou junto ao Banco Santander a operação de conta garantida no valor de R\$7.250 com vencimento em 2 de fevereiro de 2011. Em 2 de fevereiro de 2011, a Companhia renovou o a conta garantida no valor de R\$8.120 com vencimento em 3 de maio de 2011. Os recursos são destinados para pagamentos de fornecedores da UHE – Salto. O valor da correção do principal corresponde a 121,5% a.a. do CDI. Em 8 de junho de 2011, a Administração da Companhia efetuou liquidação total dos referidos.

12. Outras obrigações

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Encargos regulatórios	810	589
Provisão para multas e juros de mora (i)	1.447	376
Obrigação - Uso do Bem Público	13.335	12.953
Outras obrigações (ii)	6.222	4.637
	21.814	18.555
Passivo circulante	9.493	6.577
Passivo não circulante	12.321	11.978

- (i) O montante de R\$1.447 (R\$376 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a provisão de juros, multa e correção monetária dos tributos não liquidados.
- (ii) O montante de R\$6.222 (R\$4.637 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a garantia do financiamento de longo prazo junto ao BNDES conforme descrito na Nota 11.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
(Revisadas pelo auditor independente na extensão
descrita no relatório de 19 de julho de 2011)
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido

Capital social

Conforme o Estatuto Social da Companhia, o capital social autorizado é de até R\$130.000.

Em 30 de junho de 2008, foi firmado o Acordo de Acionistas entre a Triunfo e a Companhia Brasileira de Alumínio - CBA, que estabeleceu as seguintes determinações:

- i. A CBA garantirá o financiamento de longo prazo junto ao BNDES a ser obtido pela Companhia, e terá o direito de fiscalizar e acompanhar a execução das obras necessárias à implantação da UHE Salto;
- ii. Transferência gratuita da Triunfo para a CBA de 1 (uma) ação ordinária nominativa de emissão da Rio Verde, conforme apresentada no parágrafo anterior. Esta transferência tem caráter resolúvel e transitório, pela qual se reputará extinta se verificadas as seguintes condições:
 - a) No início do fornecimento de energia, conforme contrato firmado de Compra e Venda de Energia com a Votener ou caso ocorra a substituição da garantia outorgada pela CBA perante ao BNDES, com desoneração desta;
 - b) Caso o BNDES venha no prazo de 90 dias contados da data de assinatura deste acordo deixar de aprovar ou celebrar o contrato de abertura de crédito com a Companhia.
- iii. A CBA terá o direito, mas não a obrigação, de aportar diretamente na Rio Verde os valores necessários para a continuidade das obras de implantação da UHE Salto, com a obrigação da Triunfo de transferir as ações integralizadas por CBA para o nome desta, caso encontrem-se já subscritas pela Triunfo Participações e Investimentos;
- iv. A CBA terá o direito de preferência na aquisição das Ações da Rio Verde, detidas pela Triunfo, caso esta pretenda transferi-la a terceiros desde de que se manifeste o interesse no período de 30 dias;
- v. Ficam assegurados à Triunfo amplos poderes de controle e gerenciamento da Rio Verde e das atividades para a implantação da UHE de Salto, conforme determina a Lei nº 6.404/76 e o estatuto da Companhia.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
(Revisadas pelo auditor independente na extensão
descrita no relatório de 19 de julho de 2011)
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido--Continuação

Capital social--Continuação

- vi. O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da ANEEL.

Em 24 de novembro de 2009, a Companhia aumentou o capital mediante a emissão de 16.129.032 ações ordinárias, emitidas ao preço unitário de R\$1,86 (um real e oitenta e seis centavos), no montante de R\$30.000, totalmente integralizadas por conversão de adiantamento para futuro aumento de capital.

Dessa forma, em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão subscritas e integralizadas 1.500.000 ações ordinárias, pelo preço unitário de R\$1,00 (um real) e 69.086.020 ações ordinárias pelo preço unitário de R\$1,86 (um real e oitenta e seis centavos), sendo a distribuição das ações da seguinte forma:

Triunfo Participações e Investimentos S.A.	70.586.015
Membros do Conselho de Administração	4
Companhia Brasileira de Alumínio (CBA)	1
	<hr/>
	70.586.020
	<hr/>

Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia decidiu atribuir novo custo aos saldos de seus ativos imobilizados na data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 40, em 1º de janeiro de 2009. Na data de transição o valor desta mais valia, no montante de R\$143.194, foi registrado no ativo imobilizado em contra partida a patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários os quais estão classificados como imposto de renda e contribuição social diferidos no passivo não circulante, e serão realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens a ela vinculados. Vide detalhes nas Notas 3 e 9. Em 30 de junho de 2011, o ajuste ao custo atribuído no patrimônio líquido, líquido dos impostos diferidos, é de R\$91.452 (R\$93.202 em 31 de dezembro de 2010).

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei 6.404.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
(Revisadas pelo auditor independente na extensão
descrita no relatório de 19 de julho de 2011)
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido--Continuação

Dividendos

O estatuto social da Companhia assegura um dividendo mínimo obrigatório anual correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária.

14. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. Em 2011 e 2010, não houve transações envolvendo ações que pudessem afetar a diluição das ações, desta forma, o lucro básico e diluído são similares.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador		
Lucro (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia (em milhares de reais)	1.916	(1.625)
Denominador (em ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	70.586.020	70.586.020
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	<u>0,0271</u>	<u>(0,0230)</u>

15. Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por quatro membros, e cada um possui uma ação ordinária. Os membros da diretoria executiva não possuem ações da Companhia.

Não existe na Companhia plano de bonificação adicional aos honorários dos membros do Conselho de Administração ou da diretoria executiva. O valor total da remuneração paga até 30 de junho de 2011 foi de R\$499 (R\$467 em 30 de junho de 2010).

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
(Revisadas pelo auditor independente na extensão
descrita no relatório de 19 de julho de 2011)
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Resultado financeiro

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receita financeira		
Rendimento de aplicação financeira	779	40
Despesa financeira		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(13.410)	(2.676)
Outros juros, multas e atualizações	(3.174)	(49)
Atualização de ajuste a valor presente do UBP	(659)	-
Resultado financeiro	<u>(16.464)</u>	<u>(2.685)</u>

17. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração da Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, concluiu que não existe necessidade de constituir provisão, uma vez que, não há perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso.

18. Instrumentos financeiros

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

18.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPCs 38, 39 e 40.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
(Revisadas pelo auditor independente na extensão
descrita no relatório de 19 de julho de 2011)
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

18.1 Considerações gerais--Continuação

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil		Valor justo	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	75	59	75	59
Contas a Receber, líquidas	9.545	9.590	9.545	9.590
Impostos a recuperar	28.406	64	28.406	64
Aplicações financeiras vinculadas	12.999	13.203	12.999	13.203
Total	51.025	22.916	51.025	22.916
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	337.303	355.685	337.303	355.685
Fornecedores	1.956	1.825	1.956	1.825
Obrigações fiscais	4.199	5.041	4.199	5.041
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.820	1.952	2.820	1.952
Total	346.278	364.503	346.278	364.503

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. As contas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

a) Análise da sensibilidade dos passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP para financiamentos junto ao BNDES e CDI para aplicações financeiras.

Os CPCs 38, 39 e 40, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
(Revisadas pelo auditor independente na extensão
descrita no relatório de 19 de julho de 2011)
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

18.1 Considerações gerais--Continuação

a) Análise da sensibilidade dos passivos financeiros--Continuação

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta com BNDES na data base de 31 de março de 2011, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP vigentes em 30 de junho de 2011, foi definido o cenário provável para o ano de 2011 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2011. A data base utilizada para os financiamentos foi 30 de junho de 2011 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário Provável I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Financiamentos - BNDES		20.238	25.298	30.357
Taxa sujeita à variação	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
R\$337.303*				

* Saldos em 30 de junho de 2011

A Companhia tem contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

18.2 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As operações da Companhia compreendem a geração, a compra e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e empresas privadas. As vendas são efetuadas por meio de contratos, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O valor da tarifa do contrato vigente com Votener, conforme descrito na Nota 1 é reajustado anualmente pela variação do IGP-M. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada e o somatório das quantidades vendidas por meio do contrato (faltas ou sobras) são ajustadas por meio das regras de mercado e liquidadas no mercado de curto prazo (CCEE).

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
(Revisadas pelo auditor independente na extensão
descrita no relatório de 19 de julho de 2011)
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

18.2 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia-- Continuação

Risco de crédito

As vendas de energia estão garantidas e asseguradas pelo poder concedente, conforme descrito na Nota 1.

Risco de preço

A venda da energia assegurada está vendida para Votener no período de 16 anos. O valor do preço desse contrato (preço inicial de R\$126,00 e final de R\$132,00 por MW/h) é reajustado anualmente pela variação do IGP-M. A Companhia também efetuou venda de energia a clientes livres através de contratos bilaterais. Eventuais sobras ou faltas de energia em relação às quantidades determinadas nos contratos de venda terão o seu preço determinado no mercado de curto prazo (CCEE) após a alocação ao MRE.

Risco de taxas de juros e indexadores

O principal empréstimo da Companhia tem encargos financeiros correspondentes a TJLP + 1,81% ao ano. Conseqüentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desse índice de preços.

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estavam ajustadas pelo valor das quotas desses fundos.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
(Revisadas pelo auditor independente na extensão
descrita no relatório de 19 de julho de 2011)
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

18.2 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia-- Continuação

Risco hidrológico

Risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional (SIN) é atendido por 85% de geração hidráulica. Para atenuar estes riscos, foi criado o MRE que é um mecanismo financeiro de compartilhamento entre as regiões do SIN dos riscos hidrológicos das usinas despachadas centralizadamente pelo ONS. É importante ressaltar que o risco é sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

18.3 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, menos caixa, equivalentes de caixa e títulos e aplicações financeiras vinculadas.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
(Revisadas pelo auditor independente na extensão
descrita no relatório de 19 de julho de 2011)
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

18.3 Gestão de capital--Continuação

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Empréstimos e financiamentos	337.303	355.685
(-) Caixa e equivalente de caixa e aplicações	(75)	(59)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(12.999)	(13.203)
Dívida líquida	<u>324.229</u>	<u>342.423</u>
Patrimônio líquido	<u>261.379</u>	<u>259.461</u>
Alavancagem	124,05%	131,97%

19. Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância assegurada (R\$)</u>
Responsabilidade civil (operação)	10.000
Riscos operacionais	330.000